**O ENSINO DE GEOGRAFIA NO 9° ANO DA ESCOLA QUILOMBOLA DE ARAQUEMBAUA NO MUNICÍPIO DE BAIÃO-PARÁ**

FILHO, Benedito Nunes Batista[[1]](#footnote-1)

RU 1163936

**RESUMO**

O presente artigo aborda o ensino de geografia no 9º ano da escola quilombola de Araquembaua no município de Baião- Pará. O intuito é compreender como vem sendo trabalhado a geografia no 9º da escola quilombola. Por meio de uma abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica e de campo, que utilizou-se de questionário estruturado semiaberto, para o levantamento de dados. Como principais aportes teóricos utilizou-se Lopes (2017), Soares (2016), Baliski (2016), Carvalho (2013). A educação escolar quilombola é uma realidade bastante desafiadora. Ela parte de lutas e reivindicações, que alteram também a dinâmica do grupo como um todo. A luta e resistência não está somente em ganhar a titularidade de território quilombola, mas de ganhar fortalecimento interno e externo, que contemple todas as dimensões do espaço quilombola. Quando se fala em escola quilombola espera-se que a organização, a metodologia e o material didático seja pensado e elaborado para as questões étnico raciais e suas raízes dentro do território daquela comunidade. No entanto, a observação e questionário evidenciaram que no ensino de geografia do 9º ano embora haja a abordagem de questões sobre racismo, bullyng, preconceitos, etnia, dia da consciência negra, ainda não se relaciona de forma mais detalhada e intensa as raízes do povo que deu origem a referida comunidade, deixando em muitos pontos fragilizados o espaço escolar no que se refere a identidade e fortalecimento cultural.

**Palavras-chave:** Ensino da Geografia. Educação escolar Quilombola. Identidade étnica – racial.

1. **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem como objetivo coletar dados e conhecer a realidade sobre o Ensino da Geografia na turma do 9° ano da escola quilombola do município de Baião, no estado do Pará, com o intuito de compreender como vem sendo trabalhado o ensino da geografia frente o currículo escolar quilombola. Partindo de uma abordagem qualitativa com pesquisa bibliográfica e de campo, foi feito o levantamento de dados e a analise envolveu como aporte principal os estudos de Lopes (2017), Soares (2016), Baliski (2016) e Carvalho (2013).

O ensino de geografia no território quilombola pode colaborar para a afirmação da identidade quilombola, se forem trabalhados conteúdos sobre a África e ancestralidade africana e afro-brasileira com os discentes, os diretos a igualdade, liberdade e diversidade, a importância do dia 20 de novembro, dia da consciência negra, bem como conhecer e respeitar os hábitos alimentares, socioeconômicos, culturais e tradicionais.

Compreende-se que a formação inicial e continuada, bem como as parcerias com os núcleos de estudos de Afrodescendente, grupos relacionados ou instituições de educação superior, profissional e tecnológica, são fundamentais para um trabalho pedagógico nos moldes quilombola.

A educação escolar quilombola, fundamentando-se na resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, do ministério da educação, prevê que todas as Secretarias Estaduais e Municipais de educação cumpram esta lei, no que tange o direito humano, social, público peculiar, associado à atividade educativa família e da comunidade quilombola, construindo em tempo e espaço dos docentes estruturado ao direito à identidade étnico – racial, à valorização da diversidade e a igualdade para todos.

A problematização do ensino da geografia na educação escolar quilombola, permite com que possamos entender como a geografia pode contribuir para o conhecimento do território, a identidade étnico – racial e cultural, ancestralidade de negritude e afro descendência do povo quilombola.

O texto dissertativo apresenta primeiro considerações sobre a educação escolar quilombola, depois aborda o ensino de geografia, em particular na turma do 9º ano, os procedimentos da pesquisa e por último, as considerações finais.

**2. O ENSINO DE GEOGRAFIA NA ESCOLA QUILOMBOLA**

2.1 A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

A educação escolar quilombola constitui-se uma realidade recente no campo da política pública educacional no Brasil. Ela volta-se para uma população que nem sempre foi reconhecida na história educacional brasileira. Sua proposta tende a se diferenciar das demais categorias de educação regular, por envolver uma nova cartografia de regionalização brasileira, na qual a dimensão étnico-racial é alcançada e considerada.

Soares (2016, p.04) em seus estudos sobre a educação quilombola, destaca a jovialidade dessa política educacional, esclarecendo que a:

Educação escolar quilombola é absolutamente contemporânea no cenário nacional da política pública educacional. Trata-se de uma modalidade de educação fortemente vinculada à produção de uma nova cartografia da diversidade brasileira, cujo mapa mostra o reconhecimento étnico-cultural de um grupo étnico historicamente posicionado às margens, nas bordas, quando não completamente excluído. A Educação Escolar Quilombola configura uma política da diferença sem precedentes na história da educação brasileira.

O autor nos leva a compreensão de que a caracterização dessa política educacional como da diferença se dá em virtude de contemplar o não contemplado, o esquecido e silenciado.

A apresentação inicial da referida proposta vem mostrar-se aberta para que o conhecimento cultural quilombola seja veiculado dentro de uma sistematização curricular, dentro das unidades escolares registradas nas terras quilombolas, por meio de uma pedagogia típica, na qual os aspectos étnico-cultural dos povos sejam considerados, sem excluir a legislação educacional brasileira em sua forma ampla, considerando os fundamentos da Constituição de 1988, a LDBEN 9394/96, os PCN´S, a e demais regimentos que guiam a Educação Básica brasileira na consonância com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

Nesse sentido, Brasil (2012, p. 01 apud Soares, 2016, p. 05) menciona que:

A educação escolar quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural.

Em função da peculiaridade do povo quilombola, a organização e funcionamento da escola do território quilombola, prima por reconhecimento e valorização da diversidade cultural desse povo.

Na busca dessa garantia, as comunidades quilombolas realizaram reivindicações de políticas públicas contemplativas de suas diferentes dimensões. Brasil (2013, p. 435) explica que “os quilombolas exigem que as políticas públicas a eles destinadas considerem a sua inter-relação com as dimensões históricas, políticas, econômicas, sociais, culturais e educacionais que acompanham a constituição dos quilombos no Brasil”.

Nas vivencias das comunidades quilombolas é comum agregar modos de lutas à escravidão negra, combate pelo território e identidade étnico-racial. As lutas pelo direito à terra, pelo território, pela memória e sabedorias travadas na vida cotidiana, contra os grandes proprietários de terra e donos de construtoras, também se estendem a escola, não sendo aceita sem pautar-se em ideais quilombolas. Brasil (2013, p. 435) destaca que a escola quilombola deve se constituir a partir de consulta popular, pois,

A Educação Escolar Quilombola não pode ser pensada somente levando-se em conta os aspectos normativos, burocráticos e institucionais que acompanham a configuração das políticas educacionais. A sua implementação deverá ser sempre acompanhada de consulta prévia e informada realizada pelo poder público junto às comunidades quilombolas e suas organizações.

Somente a partir da consulta prévia, a implementação e organização institucional poderá ir em direção aos anseios de preservação e valorização cultural quilombola.

Essa preservação e valorização cultural no contexto institucionalizado se traduz por um ensino fundamentado, informado e alimentado de memória coletiva, línguas reminiscentes, marcos civilizatórios, práticas culturais, acervos e repertórios orais, festejos, usos, tradições e demais elementos, que formam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país (Brasil, 2013, p. 447).

Na busca ainda da contemplação do patrimônio cultural quilombola, muitas comunidades e líderes comunitários têm exigido participação na construção dos livros e matérias de apoio pedagógico organizados e distribuídos pelo Ministério da Educação – MEC para as escolas quilombolas.

As comunidades quilombolas e suas lideranças têm reivindicado, historicamente, o direito à participação na produção de material didático e de apoio pedagógico específicos, produzidos pelo MEC e pelos sistemas de ensino e voltados para a realidade quilombola. Reivindicam a parceria entre os quilombolas, pesquisadores do tema, sobretudo aqueles vinculados aos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e grupos correlatos, e as instituições de Educação Superior e de Educação Profissional e Tecnológica na elaboração desse tipo de material. (BRASIL, p. 458)

Entende-se que somente com a parceria entre quilombolas, pesquisadores e instituições de educação superior, profissional e tecnológica se faz possível a produção de material didático e de apoio pedagógico voltado para a realidade quilombola.

A luta pela contemplação da realidade quilombola pode se ampliar com respaldo na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9394/96, pois no título V, que rege os níveis e modalidades desse atendimento, mais especificamente no Artigo 17, vem preceituando nas diretrizes curriculares a serem consideradas na oferta de ensino quilombola, que o,

[...] direito humano, social e público subjetivo, aliado à ação educativa da família e da comunidade deve constituir-se em tempo e espaço dos educandos articulado ao direito à identidade étnico-racial, à valorização da diversidade e à igualdade (BRASIL, 2013, p. 484).

Além dos preceitos descritos, no parágrafo 2º se apresenta definido como este ensino será ofertado e quais suas garantias aos estudantes quilombolas, especificando:

I - a indissociabilidade das práticas educativas e das práticas do cuidar visando o pleno desenvolvimento da formação humana dos estudantes na especificidade dos seus diferentes ciclos da vida; II - a articulação entre os conhecimentos científicos, os conhecimentos tradicionais e as práticas socioculturais próprias das comunidades quilombolas, num processo educativo dialógico e emancipatório; III - um projeto educativo coerente, articulado e integrado, de acordo com os modos de ser e de se desenvolver das crianças e adolescentes quilombolas nos diferentes contextos sociais; IV - a organização escolar em ciclos, séries e outras formas de organização, compreendidos como tempos e espaços interdependentes e articulados entre si, ao longo dos nove anos de duração do Ensino Fundamental, conforme a Resolução CNE/CEB nº 7/2010; V - a realização dos três anos iniciais do Ensino Fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo sequencial, não passível de interrupção, voltado para ampliar a todos os estudantes as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos, conforme a Resolução CNE/CEB nº 7/2010. (Brasil, 2013, p. 484).

Diante da preceituação legal e das lutas quilombolas em prol da contemplação de seu patrimônio histórico e cultural, a educação no âmbito escolar dos povos quilombolas se apresenta como bastante desafiadora. Esse desafio gira em torno não só da garantia dos preceitos legais e da contemplação da riqueza cultural desse povo, mas de uma política de resistência, na qual essas raízes afrodescendentes não podem ser silenciadas, negadas, esquecidas ou sufocadas principalmente na abrangência desses territórios quilombolas.

2. 2 O ENSINO DE GEOGRAFIA NA ESCOLA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A geografia se apresenta como uma disciplina do currículo escolar, que apresenta uma organização curricular sistematizada para cada ano de escolarização do ensino fundamental até o ensino médio, com conteúdo específico do campo geográfico, que são trabalhados durante o ano letivo.

Brasil (1998, p. 21) destaca que o ensino da geografia, “se traduziu (e muitas vezes ainda se traduz) pelo estudo descritivo das paisagens naturais e humanizadas, de forma dissociada dos sentimentos dos homens pelo espaço”.

Dentro desse contexto descritivo, os procedimentos didáticos adotados parecem voltar-se principalmente à memorização dos elementos que compõem as paisagens, tendo como dimensão observável o território e o lugar. Nesse modelo de ensino tradicional, a geografia se preocupava com a descrição sem a realização da análise crítica do espaço, que se apresentava em constante transformação.

Essa aparente pretensão de trabalhar uma Geografia neutra, parece ter marcado também a produção dos livros didáticos até meados da década de 1970 e ainda insiste em se apresentar em alguns materiais pedagógicos, porém em uma proporção menor.

De modo geral, o ensino da geografia nas escolas, visa permitir o conhecimento do mundo em que vivemos, principalmente quando se relaciona às atuações humanas nas diferentes sociedades, que existem no planeta ao longo do processo histórico.

A geografia no ensino fundamental, em particular, ao envolver as caraterísticas dos grupos em suas relações com a natureza e com seu território, permite a formação de uma identidade, compreendida a partir da percepção de paisagem, das vivências coletivas constituídas pelo grupo, nas relações de lugares, no hábito cotidiano, na produção e transformação do espaço, no reconhecimento e resgate da memória do grupo e de seus elementos culturais.

Espera-se, assim, que o estudo da Geografia no Ensino Fundamental – Anos Finais possa contribuir para o delineamento do projeto de vida dos jovens alunos, de modo que eles compreendam a produção social do espaço e a transformação do espaço em território usado. Anseia-se, também, que entendam o papel do Estado-nação em um período histórico cuja inovação tecnológica é responsável por grandes transformações socioespaciais, acentuando ainda mais a necessidade de que possam conjecturar as alternativas de uso do território e as possibilidades de seus próprios projetos para o futuro. Espera-se, também, que, nesses estudos, sejam utilizadas diferentes representações cartográficas e linguagens para que os estudantes possam, por meio delas, entender o território, as territorialidades e o ordenamento territorial em diferentes escalas de análise (BRASIL, 2017, p.381):

Enquanto área da ciência humana que estuda o território, a geografia direciona-se no contexto escolar, para o estudo da terra, num espaço amplo, observando o que acontece na historicidade espacial e o há possibilidade de acontecer. O seu foco sobre o território engloba o campo físico, político e social, permitindo a compreensão sobre o espaço em sua dimensão territorial e cultural, vislumbrando a preservação, transformação, ação do poder público e até mesmo a sua degradação espacial, social e cultural.

Por tais características, ela é uma ciência muito importante na formação da cidadania do povo brasileiro, mostra uma heterogeneidade singular na formação étnica, socioeconômica e na divisão espacial. Assim, ela perpassa por conteúdos que envolvem os conhecimentos cartográficos, as relações econômicas, as divisões territoriais e as questões étnicos raciais.

Nesse sentido, a alfabetização cartográfica na educação básica, mais especificamente no ensino fundamental, permitirá familiaridade com as representações cartográficas, favorecendo as demais reflexões sobre o território e as questões que o envolve. Passini (2009 apud BALISKI, 2016, p. 194) pontua que:

A expressão alfabetização cartográfica é adotada para explicar o processo de aprendizagem da cartografia como linguagem. É o processo pelo qual há a aquisição de habilidades que permitem ao sujeito ler o espaço, representa-lo e tornar-se um leitor eficiente de diferentes tipos de representações cartográficas.

A cartografia como linguagem habilita para a leitura dos diferentes espaços, bem como para suas respectivas representações, pois os conteúdos geográficos podem não ser familiar ou importante para o aluno, especialmente quando não há reflexão sobre a organização espacial e as dinâmicas que a envolve.

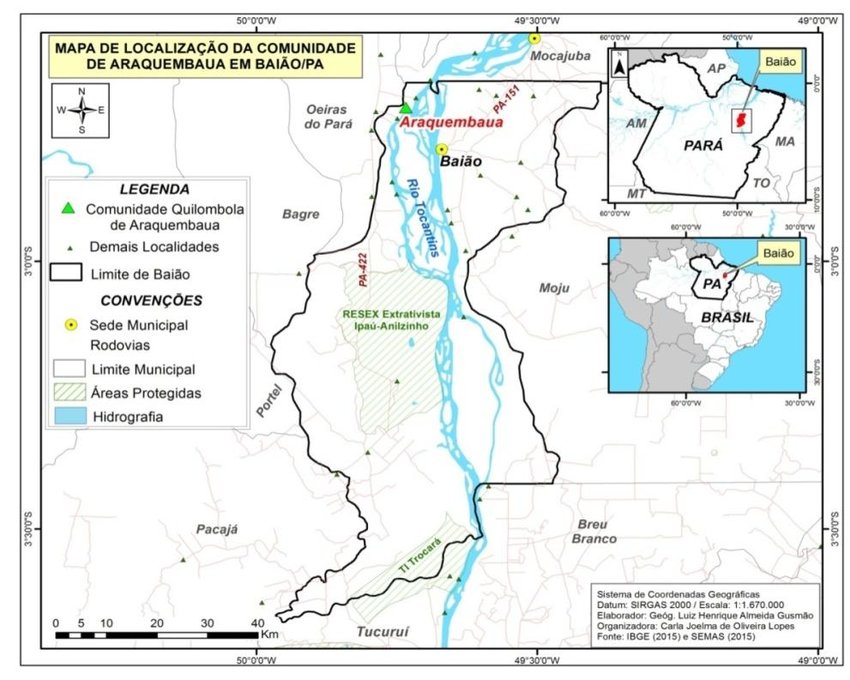
Baliski (2016) destaca que embora os alunos tenham relativa clareza de quais são os temas da geografia e de outras disciplinas escolares, isso não impede que determinados assuntos causem certo estranhamento, pois inicialmente não são identificados como integrantes do currículo desta ou daquela disciplina, e nem se faz explicita a serventia dos conteúdos para a formação humana.

2.3 O ENSINO DE GEOGRAFIA NA TURMA DO 9º ANO DA ESCOLA QUILOMBOLA DE ARAQUEMBAUA

A comunidade de Araquembaua está localizada em uma pequena vila de mesmo nome, no município de Baião, nordeste do estado do Pará. Ela faz limite com a margem esquerda do rio Tocantins e com as comunidades de Itaperuçu, Baixinha e Cupu. Geograficamente está situada entre os municípios de Oeiras do Pará e Cametá. Sua localização estratégica permite o acesso à rodovia Transcametá - PA 422 (LOPES, 2017).

No mapa abaixo é possível compreender aspectos da localização geográfica da referida comunidade.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE ARAQUEMBAUA EM BAIÃO/PA



Fonte: www.researchgate.net (2018)

Essa comunidade é constituída por um povo ribeirinho com 160 famílias. Sua atividade econômica gira em torno do trabalho agrícola, agricultura familiar, criação de animais e pesca. A criação de animais, o cultivo de grãos e plantas para base alimentar como: arroz, feijão, a mandioca e as ervas medicinais, configuram uma relação harmoniosa com a natureza, retirando dela tudo para a sobrevivência. Essa relação homem e natureza se dá em virtude do sentimento de pertencimento do referido grupo quilombola, legitimando sua identidade, memoria e territorialidade.

A ligação estabelecida pelo referido grupo parece baseada nos costumes de ancestrais, que se organizavam socialmente, de forma solidária, com projetos de vida partilhados nos quais o uso do rio e da terra seria também para as novas gerações vindouras.

A vila de Araquembaua, assim como outros 25 povoamentos da região da Amazônia, foi considerada comunidade quilombola pelo governo federal somente no ano 2002, quando recebeu o documento com a titulação de território quilombola.

Lopes (2017, p. 96) em seus estudos sobre o referido território destaca a importância dessa titulação, pontuando que:

O reconhecimento da identidade étnica negra animou as pessoas a assumirem a ancestralidade quilombola, não sem conflitos, pois a decisão não foi homogênea, porém, a partir da decisão da maioria e dentro da construção de uma trajetória democrática, o grupo solicitou a titulação quilombola em 2000 e foi contemplado com a resposta positiva em 2002.

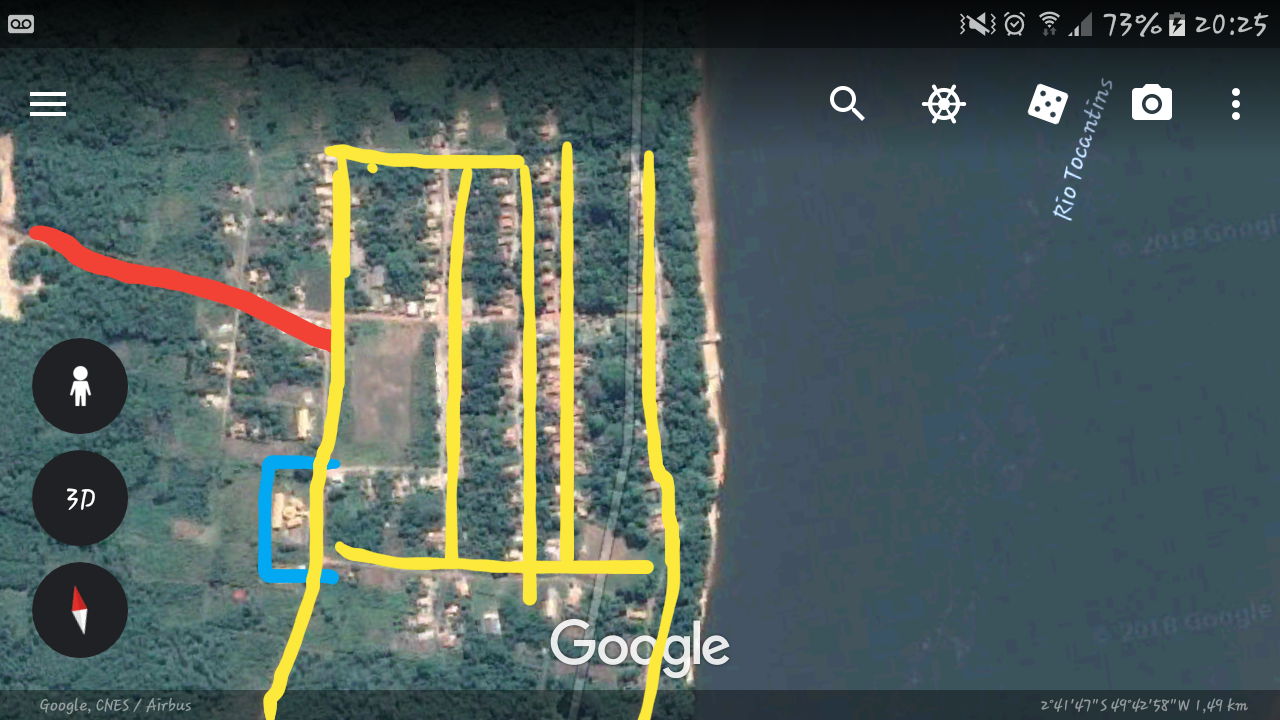
Compreende-se que a referida titulação não foi conquistada sem lutas e pressões internas e externas, tanto para essa como demais comunidades da Amazônia.

Sua conquista implicou também em mudanças, pois o processo de titulação feito de forma conjunta com outras 25 comunidades do município, provocou novos ordenamentos territoriais em diversos espaços da Amazônia (LOPES 2014).

As mudanças e a busca de reconhecimento das comunidades quilombolas tende a se ampliar do campo físico em direção também ao cultural, ao adentrar no espaço escolar, no qual pode ganhar força identitária, resgate e valorização cultural, uma vez que a escola se constitui espaço cultural, que trabalha com o conhecimento acumulado, de forma sistemática e contínua.

**2.3.1 A escola de Araquembaua**

A escola de Araquembaua possui 6.000 metros quadrados. Está localizada na primeira rua da vila, próximo da vicinal que dá acesso a BR-422, como mostra o mapa abaixo.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA DE AREQUEMBAUA Fonte: Google Earth (2018).

Vicinal de acesso a BR-422 

Localização da escola EMEFA 

Ruas da vila quilombola

Rio Tocantins

No ano de 2018 a escola matriculou 275 alunos, atendendo nos períodos matutino e vespertino, fundamental I e II e o noturno com o EJA.

A pesquisa com a diretora Marisa (Nome fictício) mostrou que a escola antiga foi fundada no ano 1965, pertencendo primeiro ao governo do estado, mas sendo municipalizada no ano de 1996, passando então a pertencer ao município de Baião e a funcionar no prédio novo, sendo chamada de “escola polo”. Sua estrutura física atual é de boa qualidade, as salas são todas lajotadas, pintadas e arejadas, com ventiladores, carteiras suficientes para os alunos, caixa d’água de 10 mil litros, poço artesiano, 10 salas de aulas, 1 sala de direção, 1 sala de coordenação, 1 sala de secretaria,1 biblioteca, 1 dispensa, 1 cozinha, 1 galpão coberto e 2 banheiros - um masculino e um feminino.

O quadro funcional da escola é composto por 20 pessoas, sendo 1 diretora, 1 coordenadora, 1 auxiliar de secretaria,10 professores, 3 serventes, 2 vigias e 2 merendeiras. Todos professores da escola são graduados, pelo PAFOR (Plataforma de formação Freire), programa ofertado pelo governo Federal em parceria com a UFPA - Universidade Federal do Pará.

**2.3.2 O ensino de geografia na turma do 9º ano**

A turma do 9º ano da escola de Araquembaua possui 19 alunos, sendo 10 meninas e 9 meninos, na faixa etária entre 14 e 15 anos de idade.

O ensino de geografia na referida turma está sob a responsabilidade da professora Fernanda (nome fictício), graduada em Ciências biológicas pela UFPA, cursando licenciatura em geografia pelo PARFOR/UFPA. Ela é a única da escola a ter formação iniciada na área.

A turma pesquisada funciona no turno da tarde, no horário das 13:30 ás 18:30 h. Ela tem em média seis aulas por dia, sendo que são três aulas de geografia por semana, perfazendo uma carga horária semanal de 15 horas.

Quando perguntado a professora Fernanda se as aulas de geografia são planejadas em cima de uma pedagogia quilombola, ela esclareceu que as aulas são planejadas de acordo com a realidade dos alunos, buscando-se adequar o conteúdo a ser trabalhado de certa forma que os alunos possam compreender o assunto que está sendo abordado.

A resposta levou a entendimento de que não há uma pedagogia diferenciada que se direcione para o resgate étnico-cultural daquele povo.

Questionada sobre a formação continuada para uma educação quilombola, a diretora esclareceu que não há a nível municipal uma formação direcionada à educação escolar quilombola. Os conteúdos que vem da SEMED, não condizem com a resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE 08/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

No próximo questionamento relacionado a forma de avaliação da escola, a professora informou que as avaliações dos alunos são feitas de forma contínua, considerando a frequência, participações nas aulas, seminários, provas objetivas, discursivas e trabalhos em grupo. Ficou evidente que da mesma forma que o conteúdo não se direcionava para as raízes quilombolas, a avaliação também não tinha nada que pudesse se diferenciar e ir na direção étnica.

A professora esclareceu que as bases legais para o ensino da geografia estão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96 e na Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Partindo delas, se tenta adequar a proposta curricular à realidade dos alunos quilombolas.

Buscando compreender a organização pedagógica a partir do projeto da escola, foi perguntado sobre a elaboração do Projeto político pedagógico – PPP. A direção por sua vez, esclareceu que a escola elaborou em 2014 seu PPP, mas devido a mudança para o prédio novo, a escola perdeu o documento. A informação foi que neste ano está sendo elaborado um novo PPP com adequações sobre a educação escolar quilombola.

Perguntado ainda sobre projetos geográficos desenvolvidos com a turma do 9° ano, a direção relatou que pretende no ano de 2019, elaborar projetos sim e colocar em pratica os que envolvam a disciplina de geografia, através de mapas, maquetes e aulas de campo, fazendo com que os alunos conheçam a realidade de sua comunidade quilombola.

Com relação ao objetivo do ensino da geografia na referida escola, foi mencionado pela professora, que o principal objetivo do ensino da geografia no 9° ano da escola quilombola é fazer com que os alunos saibam interpretar mapa, identificar as regiões do país e do mundo, entender os elementos que compõem um mapa, conhecer a identidade quilombola para identificar de onde e de que forma surgiram os quilombos nas regiões do Brasil e da Amazônia. No entanto, existem dificuldades no trabalho pedagógico, sendo que as maiores se relacionam à falta de noção cartográfica e sentido do ensino da geografia, que se reflete na ausência de habilidade de leitura de mapa e de compreensão do objetivo da geografia na escola quilombola.

A diretora esclareceu que a escola passa por uma reformulação do PPP, para que seja incluso aspectos da resolução CNE 08/2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação escolar Quilombola na Educação Básica.

A professora evidenciou também que na sala do 9º ano há discussão sobre a África e os descendentes negros. Ela promove roda de conversa para ser debatido tais conteúdos, tornando a aula mais dinâmica. Também fizeram uma discussão sobre o racismo e as tensões étnicos-raciais. Foram dados exemplos de ações racistas no mundo, inclusive envolvendo pessoas famosas pelas redes sociais.

Nesse sentido, há o dia da consciência negra que está incluso nas programações na escola, ocorrendo palestras, caminhada na comunidade, com carro de som e faixas, mobilizando a escola como um todo, refletindo a importância do dia da consciência negra e do povo negro na história e cultura brasileira.

A observação mostrou ainda que o corpo docente da escola não tinha conhecimento sobre a resolução do MEC de nº 08 de 20 de novembro de 2012, sobre as Diretrizes Nacionais Curriculares da Educação Escolar Quilombola. Não sabendo dizer sobre as etapas e modalidades da educação escolar quilombola. Eles seguem o sistema de seriação do 1º ao 9º ano no ensino fundamental.

Com relação ao racismo, a professora destacou que não presenciou na escola atitudes racistas. No entanto, houve bullying, por parte dos alunos da escola com uma aluna que tinha problemas de alergia. A situação foi conduzida com base no diálogo. Mas se precisar falar sobre o racismo, será falado de forma mais direta.

Carvalho (2013) esclarece que mesmo polemica a referida temática faz parte da contemporaneidade.

Independentemente da posição tomada em relação a essa polêmica (ou em relação que envolvam a questão racial, como a temática quilombola, por exemplo), é necessário admitir que a “raça”, e por extensão a questão racial, se apresenta como elemento atual das reflexões contemporâneas, em seus mais diferentes níveis. Ela não é, porém, recente. O atual estado de discussões sobre “raça” dialoga, indubitavelmente, com um quadro de posicionamentos políticos, científicos e ideológicos do passado (CARVALHO 2013, p. 100):

As discussões sobre raça perpassa por posicionamentos diversos que encontram bases de reforço e reafirmação nas raízes históricas, que são passadas por gerações.

Nessa direção, a professora justificou que tem pouco tempo para elaborar melhor seus planos de aula para a turma do 9º ano, devido a trabalhar no período matutino, vespertino e noturno. Ela não trabalhou ainda a cartografia escolar quilombola no 9º ano e nem as peculiaridade locais de clima e socioculturais. Abordou as raízes quilombolas a partir da presença na merenda escolar, como o açaí, o arroz, o feijão, a farinha de mandioca, verduras, tapiocas e sucos naturais.

Um dos alunos da turma, o Pedro (nome fictício) destacou que a turma gosta muito da aula de geografia, quando fazem roda de conversa para ser debatido aspectos da vida local, pois toma-se conhecimento como surgiram as comidas típicas, as danças e os artesanatos quilombolas.

Quando perguntado ao aluno o que ele entendia sobre racismo, educação escolar quilombola, dia da consciência negra e se como a geografia está sendo ensinada na escola atende a expectativa dele e a realidade local quilombola, o aluno se referiu ao racismo como uma forma de discriminação da cor da pele escura. Não soube responder sobre a educação escolar quilombola e nem quando é comemorado o dia da consciência negra. Para ele a metodologia trabalhada pela professora é mais de aula expositiva. Ela explica bem, para que os alunos entendam o que está sendo abordado nas aulas, mas as aulas não mostram como é a realidade da comunidade quilombola em que vivem, de forma mais detalhada.

As orientações e ações para educação escolar das relações étnico-raciais, se apresentam limitadas, sem haver um trabalho da cartografia quilombola. O calendário escolar quilombola se apresenta parcialmente adequado com as peculiaridades locais, climáticas, econômicas e socioculturais, mas sem o PPP e uma organização curricular voltada para realidade da comunidade quilombola, tende a haver o enfraquecimento cultural e a expansão de um modelo educacional que se distancia cada vez mais dos princípios e fundamentos das raízes quilombola, à medida que não ter como prioridade o resgate e a valorização cultural desse povo.

**3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

O estudo de caráter qualitativo, adotou metodologia de pesquisa bibliográfica e de campo, utilizando como instrumento de coleta de dados a observação e a aplicação de um questionário com perguntas semiabertas. Ele ocorreu no período de março a julho de 2018 na escola quilombola de Araquembaua.

A pesquisa bibliográfica realizada em livros, artigos, dissertações e teses, buscou apreender sobre o ensino da geografia e a identidade étnico-racial da escola quilombola. Na pesquisa de campo, o contato com a referida realidade quilombola pesquisada permitiu a observação da dinâmica escolar, conversas informais e aplicação de um questionário com perguntas semiaberta, que trouxeram dados da escola e do ensino da geografia na turma do 9º ano da escola.

Os sujeitos da pesquisa foram a professora Rosilda, a diretora Vagna e o aluno Pedro, além de outros alunos que foram observados durante a dinâmica interativa na escola.

A análise dos dados foram sendo realizadas a luz do referencial teórico à medida que se efetivava a coleta in lócus.

O texto dissertativo apresentado no presente estudo, parte do diálogo entre o pesquisador, os dados levantados com os sujeitos da pesquisa e o referencial teórico.

**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O ensino da geografia nas escolas quilombolas, tem que ser mais trabalhado devido que os educandos tem que conhecer suas identidades quilombolas, África e ancestralidade africana e afro-brasileira, entender a importância do dia da consciência negra que é comemorado no dia 20 novembro, compreender seu território, sua identidade étnico – racial e cultural, suas ancestralidade de negritude e como seus afrodescendentes vivem em nosso país **.**

Foram utilizadas pesquisas bibliografias em livros, artigos, e teses de doutorados, e pesquisa de campo onde foram elaborados questionário de perguntas para corpo docente da escola e alunos, utilizando um gravador de voz, de caráter qualitativo e quantitativo.

Os objetivos alcançados com as pesquisas foram que na investigação de campo pude conhecer como é trabalhado o ensino da geografia na escola quilombola de Araquembaua, analisar de que forma a professora docente da classe ensina a disciplina de geografia para a turma 9º ano da escola quilombola pesquisada, e os objetivos alcançados nas pesquisas bibliográficas conseguir adquirir muitos conhecimentos, analisando o que outros autores pensam sobre a educação escolar quilombola, o ensino da geografia no fundamental II e as identidades étnicas – raciais, podendo conhecer também as leis deDiretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, os Parâmetros curriculares nacionais de geografia e a Base nacional Comum Curricular. Será que o ensino da geografia na escola quilombola pesquisa, vai se adequar com as leis que rege a educação escolar quilombola e a realidade dos alunos? Mostrar como é importante conhecer a realidade de cada alunado que frequenta a escola.

No entanto a minha maior surpresa foi que a escola, não utiliza as normas de leis sobre a educação escolar quilombola, umas das maiores dificuldades que passei durante a realização da pesquisa, foi em se desloca para a comunidade quilombola, pois tem que se fazer a travessia de balsa e trafegar de moto por 5 km pela vicinal de chão batido, que dar acesso a vila, com isso chegando a escola onde foram feitas as pesquisas, e encontrar referências bibliográficas para fundamentar a pesquisa.

**REFERÊNCIAS**

ANJOS, R. S. A. dos. **A geografia do Brasil Africano, o Congo e a Bélgica- Uma aproximação.** Revista Eletrônica: Tempo – técnica – Território, v.1, n.3 (2010). Brasília. Disponível em: <http://www.periodicos.unb.br>article>download>pdf>. Acessado em: 19/10/2018.

BALISKI, Patrícia. **Encaminhamentos metodológicos para o ensino de geografia**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica /** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB< DICEI, 2013. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov>junho-2013-pdf>. Acessado em: 19/10/2018.

\_\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: geografia/**Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>seb>pdf>geografia>. Acessado em: 14/10/2018.

\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria executiva. Secretaria de Educação Básica. Conselho Nacional de educação. **Base nacional Comum Curricular.** Brasília**:** MEC/SE, 2017. Disponível em: <http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br>2018/02>pdf>. Acessado em: 14/10/2018

CARVALHO, A. C. de. Et al. **Desigualdades de gênero, raça e etnia.** Curitiba: InterSaberes, 2013.

SOARES, E. G. **Educação escolar quilombola: reafirmação de uma política afirmativa.** Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br>file.pdf>. Acessado em: 12/10/2018.

LOPES, C. J. de. O. **O território quilombola de Araquembaua, Baião-PA, 2017.** Disponível em: <http://www.ppgeo.propesp.ufpa.br>dissertções>pdf>. Acessado em: 11/10/2018

**ANEXO**



**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER**

**Acadêmico: Benedito Nunes Batista Filho**

**Curso: Geografia**

**Ano: 2015**

**QUESTIONÁRIO SOBRE O ENSINO DA GEOGRAFIA NO 9° ANO DA ESCOLA QUILOMBOLA DE ARAQUEMBAUA, BAIÃO-PARÁ.**

**PEGUNTAS PARA DIREÇÃO DA ESCOLA**

1. Quantos anos tem a escola quilombola?

2. Qual a área da escola?

3. A escola tem PPP?

4. Como a escola quilombola de Araquembaua foi fundada?

5. Quantos alunos têm na escola?

6. Os docentes de geografia são licenciados? Qual sua formação?

7. Como é a formação continuada dos professores para atuação na educação escolar quilombola?

8. Quais as bases legais para o ensino da geografia?

**PERGUNTAS PARA PROFESSORA DA TURMA**

1. Quantos alunos têm no 9°ano?

2. Como são planejadas as aulas de geografia? São planejadas em cima de uma pedagogia quilombola?

3. Como é feito a avaliação para os alunos 9° ano no ensino de geografia?

4. Tem projetos geográficos sendo desenvolvidos com as turmas do 9° ano? Quais?

5. Quais as maiores dificuldades apresentadas pelos alunos durante as aulas?

6. A forma de como a geografia está sendo ensinada atende as expectativas dos alunos e a realidade local? Por quê?

7. Qual o principal objetivo do ensino da geografia no 9° ano?

8. No projeto político pedagógico da escola, está previsto o tratamento de questões relativas à etnicidade quilombola?

9. Os alunos estudam assuntos sobre as relações étnico-raciais?

10. Há discussão em sala sobre a África ou descendentes negros?

11. É discutido sobre racismo e tensões raciais na sala ou na escola?

12.. É comemorado o dia da consciência negra na escola? Como?

13. Como é trabalhado o conteúdo de geografia em uma escola quilombola?

14. Como é colocada a resolução N°8 de 20 de novembro sobre: Os princípios da educação escolar quilombola; das definições de educação escolar quilombola?

15. Quais as etapas, modalidades de educação escolar quilombola?

16. Já teve algum tipo de racismo na escola ou na sala de aula? De que forma foi superado?

17. Há orientações e ações para educação escolar das relações étnico-raciais?

18. É trabalhado com os alunos cartografia escolar quilombola?27. O calendário escolar quilombola é adequado com as peculiaridades locais, climáticos, econômicos e socioculturais, a critério do sistema de ensino ou do PPP, sem reduzir o número de horas letivas previsto a LDB?

**PERGUNTAS PARA OS ALUNOS**

1. O que vocês alunos entende sobre Racismo?

2. O que vocês alunos entende sobre educação escolar quilombola?

3. Vocês alunos sabem quando é comemorado o dia da consciência negra?

4. Vocês alunos acreditam a forma como a geografia está sendo ensinada atende a expectativa e a realidade local quilombola? Por quê?

1. Aluno do curso de Geografia do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como requisito para a Conclusão de Curso. [↑](#footnote-ref-1)